

Ata da 17ª (décima sétima) Sessão ordinária do 02º (segundo) Período Legislativo Ordinário, da **21ª (Vigésima primeira)** Legislatura da Câmara Municipal de Itapemirim Estado do Espírito Santo, realizada no **dia 03 de junho de 2026**, na sede do Legislativo, situado na Rua: Adiles André, s/n, Serra Mar, Itapemirim–ES, sob a **Presidência do Vereador Tiago Faria Leal**, À hora regimental, foi registrada a presença dos seguintes vereadores: **Alcione de Amorim Gomes, Delson de Souza Carneiro, Estevão Silva Machado, Joceir Cabral de Melo, Leandro Batista dos Santos, Lenildo Henriques, Lucas Silva Soares, Lucimar Alves Soares, Paulo de Oliveira Cruz Neto, Renildo Nascimento Peçanha, Tiago Faria Leal, Vandilson Tomás de Araújo e Weder Gomes Benevides**. A sessão teve início com os Cumprimentos do Presidente a todos presentes, leitura dos vereadores presente e da Bíblia. **Considerações iniciais pequenas manifestações, apresentação de requerimentos e Moções de Pesar. Vereador Paulo de Oliveira Cruz Neto:** Cumprimentou a todos, solicitou Moção de Pesar pelo falecimento da senhora Marilene Martins de Souza moradora da Vila; o jovem Dalcir Rosa de Oliveira morador da região de Garrafão; o senhor Daniel Alves morador da Safra, senhora Elci Coutinho Miguel moradora de Piabanha. Após o Presidente Tiago agradeceu o convite da Escola Anacleto Jacinto Ribeiro, que irá comemorar no dia 11 de junho a partir das 18 horas o “Arraiar da Copa” a festa junina com o tema da Copa do Mundo no ginásio da escola, o convite é extensivo a todos os vereadores, ao público presente e todos que acompanham a nossa sessão presencialmente e online também. Na sequência o **MATERIAL DE EXPEDIENTE: Indicação Nº 199/2026. Ementa:** Reitera a Indicação nº 126/2025 visando o calçamento, com guias, sarjetas e galerias pluviais, em toda a extensão da Rua Valdinei dos Santos (Babal), em Campo Acima, neste Município. **Autoria: Vereador Estevão Silva Machado. Indicação Nº 257/2026. Ementa:** INDICA Construção de banheiros feminino e masculino e implantação de cantina comunitária na Quadra Society da Comunidade Portal de Paineiras – COHAB, neste Município. **Autoria: Vereador Vandilson Tomás de Araújo. Indicação Nº 258/2026. Ementa:** INDICA Serviços de término do calçamento da Rua Walmir Garcia Paiva, localizada no bairro Itaoca, neste município. **Autoria: Vereador Vandilson Tomás de Araújo. Indicação Nº 263/2026. Ementa:** reitero a indicação que solicita a viabilização da execução de obras de reforma e manutenção nos Ginásios Municipais Rennan Alves Goes e Waldir Alves. **Autoria: Vereador Paulo de Oliveira Cruz Neto. Indicação Nº 277/2026. Ementa:** Indico a elaboração de estudos técnicos e execução de projeto visando à melhoria da rede de esgoto da Rua Amaro Ismael, localizada na comunidade de Campo Acima, neste Município. **Autoria: Vereador Estevão Silva Machado. Indicação Nº 284/2026. Ementa:** Indica calçamento, com guias, sarjetas e galerias pluviais, em toda a extensão das ruas Bom Pastor. **Autoria: Vereador Delson de Souza Carneiro. Indicação Nº 285/2026. Ementa:** Indico para viabilizar estudos e elaboração de projeto para construção de uma praça nas proximidades das casinhas populares do Garrafão, neste município. **Autoria: Vereador Joceir Cabral de Melo. Indicação Nº 286/2026. Ementa:** Indico para viabilizar estudos e elaborar projeto visando à instalação de câmera de videomonitoramento em poste localizado em frente à nova unidade de saúde de Itaóca, neste município. **Autoria: Vereador Joceir**



Cabral de Melo. Indicação Nº 287/2026. Ementa: INDICO ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, serviços de manutenção e recuperação do calçadão localizado na Rua Açucena, bairro Rosa Meirelles, bem como a execução de serviços de drenagem pluvial, desobstrução de bueiros e reparos na iluminação pública da localidade. **Autoria: Vereador Paulo de Oliveira Cruz Neto.**

Indicação Nº 290/2026. Ementa: Indica a Instalação de Câmera de Vídeo Monitoramento no Bairro Monte Aghá e Artemis em Itaipava, neste Município. **Autoria: Vereador Alcione de Amorim Gomes.**

Projeto de Lei Complementar Nº 02/2026. Ementa: ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 164, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013, ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 167, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2013, PARA REESTRUTURAR CARGOS EM COMISSÃO DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. **Autoria: Executivo Municipal.**

Projeto de Lei Ordinária Nº 49/2026. Ementa: dispõe sobre a criação do Programa “Saúde Mental nas Escolas da rede Pública Municipal”, no âmbito do Município de Itapemirim. **Autoria: Vereador Paulo de Oliveira Cruz Neto.**

Projeto de Lei Ordinária Nº 50/2026. Ementa: institui política de transparência na cobrança do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) no âmbito do município de Itapemirim/ES. **Autoria: Vereador Paulo de Oliveira Cruz Neto.**

Projeto de Lei Ordinária Nº 61/2026. Ementa: institui no município de Itapemirim o dia do “Monitor de Educação Infantil” e dá outras providências. **Autoria: Vereador Joceir Cabral de Melo.**

Projeto de Lei Ordinária Nº 62/2026. Ementa: denomina Rua “Ormindo Jeronimo” o Logradouro Público localizado no Bairro Garrafão, no município de Itapemirim/ES. **Autoria: Vereador Leandro Batista dos Santos.**

Projeto de Lei Ordinária Nº 63/2026. Ementa: denomina Rua “Manoel Inacio Pereira” o logradouro público localizado no Bairro Garrafão, no município de Itapemirim/ES. **Vereador Leandro Batista dos Santos.**

Projeto de Lei Ordinária Nº 66/2026. Ementa: denominações de Ruas do “Bairro Afonsos, neste município”. **Autoria: Vereador Delson de Souza Carneiro.**

Projeto de Lei Ordinária Nº 67/2026. Ementa: institui no calendário oficial de eventos do município “aniversário da cavalgada a galera do chapéu” neste município. **Autoria: Vereador Delson de Souza Carneiro.**

Projeto de Lei Ordinária Nº 68/2026. Ementa: institui a “Cavalgada do Povo” no calendário oficial de eventos do município de Itapemirim. **Autoria: Vereador Lenildo Henriques.**

Projeto de Lei Ordinária Nº 69/2026. Ementa: LDO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2027, CONFORME O DISPOSTO NO § 2º DO ART. 165, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. **Autoria: Poder Executivo Municipal.** O Projeto acima citado com pedido de urgência especial foi submetido ao plenário para deliberação, seguiu em discussão. **Vereador Paulo Neto:** criticou o envio de projetos pelo Poder Executivo em regime de urgência especial, argumentando que haveria tempo suficiente para que as matérias fossem encaminhadas com antecedência, permitindo sua tramitação regular pelas comissões, análise e debate pelos vereadores. Ele destacou que já se aproximava o sexto mês do ano e questionou a falta de planejamento do Executivo e da autarquia envolvida. Também mencionou discussões sobre a reestruturação de um cargo jurídico, que passaria de assessor jurídico para procurador,



defendendo que o tema deveria ser debatido com mais calma e com a participação dos responsáveis para esclarecimentos e discussões mais aprofundadas. Por respeito aos vereadores e aos cidadãos, afirmou que acompanharia a decisão em pauta, mas reforçou o pedido para que o Executivo encaminhe os projetos com antecedência, seguindo o rito legislativo adequado. Por fim, observou que o uso frequente da urgência especial pode gerar erros nos projetos, exigindo posteriormente correções por meio de emendas. O pedido de urgência especial seguiu em votação, sendo aprovado. Em seguida o **Projeto de Lei Nº 69/2026** encaminhado com solicitação de urgência especial também, porém essa lei tem rito próprio seria tramitada com urgência simples, conforme previsão regimental aplicável. A sessão foi suspensa por 10 minutos para enissão dos pareceres, após retornou com a **TRIBUNA LIVRE: Secretário do Meio Ambiente Jean:** Cumprimentou todos, o secretário municipal de Meio Ambiente Jean iniciou sua fala destacando a importância de participar pela primeira vez da tribuna da Câmara Municipal, especialmente durante a semana em que se comemora o Dia Mundial do Meio Ambiente. Ele ressaltou as ações desenvolvidas pela Secretaria, principalmente junto às crianças e jovens, com o objetivo de promover a conscientização ambiental e garantir a preservação dos recursos naturais para as presentes e futuras gerações. Em seguida, apresentou os principais desafios encontrados pela gestão ambiental do município em 2025, incluindo questões relacionadas ao saneamento básico, à gestão de resíduos sólidos, à organização da estação de transbordo de resíduos e à Área de Proteção Ambiental (APA) de Guanandi. Ao abordar a APA de Guanandi, explicou que ela foi criada em 1994 com a finalidade de preservar a Lagoa de Guanandi, importante recurso hídrico da região. Destacou que, embora a legislação prevísse a elaboração de um plano de manejo em até 240 dias após sua criação, esse documento ainda não havia sido concluído até 2026. Segundo ele, a ausência do plano dificulta a gestão da unidade de conservação, pois impede a definição clara das regras de uso e ocupação do território. O secretário também mencionou a falta de atuação efetiva dos órgãos ambientais estaduais e federais ao longo dos anos, afirmando que o apoio recebido foi insuficiente em ações de orientação, educação ambiental e gestão da APA. Ressaltou que a elaboração do plano de manejo só avançou devido a uma ação judicial proposta pelo Ministério Público, que obrigou o órgão responsável a desenvolver o documento. Por fim, reforçou a importância da preservação da Lagoa de Guanandi e defendeu a atuação conjunta dos poderes públicos e da sociedade para garantir a conservação desse patrimônio ambiental, reconhecendo seu valor ecológico, paisagístico e social para o município. **Presidente Tiago Faria Leal** destacou que as informações sobre o decreto de criação da APA e os atos que deveriam ser executados na área já haviam sido esclarecidas. Em seguida, lembrou a ação de fiscalização realizada entre os dias 18 e 22 de maio, que resultou na demolição de algumas residências. Ele ressaltou que o prefeito Geninho e o vice-prefeito Ciel acompanharam a situação de forma sensível e atuante durante todo o processo, mantendo diálogo com os órgãos ambientais envolvidos, como o IBAMA e o IEMA. Também informou que Flávio Guerra, então gestor da APA, foi destituído da função durante a semana da operação, deixando a unidade sem gestor formal, embora permanecessem a secretaria e o conselho. Por fim, enfatizou a



presença constante do prefeito no local, inclusive durante momentos de tensão entre a população e os órgãos ambientais, destacando o apoio da administração municipal às pessoas que defendiam seus direitos de moradia e permanência na área. Após, foi concedido o uso da palavra aos vereadores fazerem perguntas objetivas ao Secretário Jean. **Vereador Paulo Neto:** Cumprimentou a todos, iniciou sua fala agradecendo ao secretário de Meio Ambiente pela presença e destacou a importância das discussões sobre saneamento básico, incluindo a gestão de resíduos domésticos e o tratamento de esgoto. Ressaltou a necessidade de maior atuação dos órgãos ambientais na fiscalização dos lançamentos de esgoto no Rio Itapemirim e nas praias do município, visando o cumprimento das metas estabelecidas pelo novo marco do saneamento. Em seguida, enfatizou a importância da preservação ambiental para as atuais e futuras gerações, demonstrando preocupação com o avanço desordenado das ocupações em áreas próximas à Lagoa Guanandy. Citou a existência de legislações municipais voltadas à proteção ambiental, incluindo a lei que autoriza a criação de um parque natural municipal na região, reconhecendo a visão e o compromisso dos autores dessas iniciativas. O vereador também destacou a relevância do Conselho da APA Guanandy na elaboração e aprovação do plano de manejo da área, lembrando sua participação no processo de criação do conselho. Manifestou preocupação com ocupações irregulares observadas na lagoa, incluindo construções realizadas em áreas ambientalmente protegidas. Ao final, apresentou dois questionamentos ao secretário: se o município já havia solicitado ao IEMA e ao IBAMA um relatório consolidado sobre as operações realizadas na área; e quais ações foram ou serão adotadas para conter a ocupação irregular, recuperar áreas degradadas, promover o reflorestamento e evitar prejuízos aos cidadãos que investem em construções posteriormente consideradas irregulares. **Secretário Jean:** informou que, desde o início de sua gestão à frente da secretaria, em janeiro de 2025, a primeira reunião realizada com o promotor de Justiça responsável pela área ambiental tratou da situação da APA de Guanandi. Segundo ele, o Ministério Público acompanha a área há anos e possui registros e atuações baseados em levantamentos realizados periodicamente pelo município sobre as residências existentes na região. Ele destacou que o município tem promovido ações contínuas de fiscalização e educação ambiental, mesmo sem a participação efetiva do órgão ambiental estadual nessas atividades educativas. Também afirmou que toda a documentação referente às ações realizadas pelo município está disponível e já foi encaminhada ao Ministério Público, podendo ser acessada mediante requerimento formal. Em relação ao controle da ocupação irregular e das construções no entorno da lagoa, Jean explicou que a principal estratégia adotada é a orientação preventiva da população, por meio de campanhas de conscientização e educação ambiental. Segundo ele, a administração municipal acredita que a informação e a orientação devem anteceder qualquer medida punitiva. Além disso, informou que o município ainda aguarda a definição do gestor da unidade de conservação para reforçar as ações na área. Por fim, mencionou que o município recebeu um ofício do IBAMA solicitando apoio para a retirada de resíduos e entulhos da região. A administração está avaliando o pedido e pretende atuar em conjunto com o futuro gestor da APA para orientar a população e adotar as providências legais



necessárias, informou que foram solicitados ao IBAMA e ao IEMA os relatórios consolidados sobre a situação em questão. Também foi requerido ao IEMA que suspenda as demolições até que o plano de manejo seja aprovado pelo conselho competente, que seja definido um novo gestor para a APA e que ocorra uma reunião com o município para alinhamento das ações a serem executadas. Além disso, destacou que o município deve ser informado sobre todas as medidas previstas. Foi mencionado ainda que, em reunião recente com o Ministério Público, o órgão também solicitou os relatórios e se comprometeu a encaminhá-los posteriormente.

Vereador Renildo Nascimento Peçanha: Cumprimentou a todos, criticou a forma como foi conduzida uma operação que resultou na demolição de imóveis, afirmando que o diálogo teria sido a melhor alternativa. Ele lamentou não estar presente no município durante os acontecimentos e pediu desculpas à população afetada, destacando que, se estivesse na cidade, teria acompanhado a situação de perto. Em seguida, questionou se a prefeitura possui algum projeto para regularizar a situação dos moradores da área atingida e promover a regularização fundiária para fins de moradia. Segundo ele, essa medida poderia evitar que famílias sofram novamente prejuízos semelhantes no futuro. Ressaltou que muitos moradores são pescadores que trabalham arduamente para construir seus patrimônios e que foram severamente impactados pela operação. Também reconheceu que existem irregularidades na região, mas argumentou que as maiores infrações estariam ligadas a pessoas com mais recursos, enquanto os mais necessitados acabaram sendo os principais prejudicados. Por fim, solicitou esclarecimentos sobre a intenção da prefeitura de implementar projetos de regularização da área e de oferecer condições seguras para que a população possa construir suas moradias legalmente. **Secretário Jean:** Como havia informado anteriormente, o município solicitou ao IEMA a suspensão de qualquer ação de demolição no entorno da Lagoa Guarandi até que o Plano de Manejo seja aprovado. Explicou que a administração municipal pretende iniciar um processo de regularização fundiária urbana (Reurb) para analisar e regularizar as ocupações passíveis de legalização na região. Segundo ele, a área passou por um processo de expansão urbana ao longo dos anos, o que exige atualização do Plano Diretor Municipal (PDM). Para isso, o município firmou o Contrato nº 82/2026 com uma empresa especializada, responsável por serviços de georreferenciamento, atualização do PDM, elaboração da planta genérica de valores e desenvolvimento de projetos de regularização fundiária. O projeto Reurb será conduzido em quatro frentes: urbanística, social, jurídica e ambiental. O objetivo é avaliar cada situação, definindo quais ocupações poderão permanecer na área e quais medidas de compensação ambiental serão necessárias. O município também informou o Ministério Público sobre as ações planejadas e encaminhou documentação ao órgão competente. Além disso, o secretário destacou que a forma como algumas ações de fiscalização fora conduzida foi considerada excessivamente rigorosa, motivo pelo qual foi solicitada a paralisação dessas medidas até a conclusão do processo de regularização. Ressaltou ainda que a Área de Proteção Ambiental (APA) é uma unidade de conservação de uso sustentável, permitindo o desenvolvimento econômico aliado à preservação ambiental. Ao final, o vereador Renildo agradeceu os esclarecimentos, parabenizou o prefeito Geninho pela contratação da empresa



responsável pelo projeto e pediu que o processo não seja deixado de lado, para que a população da região seja beneficiada da melhor forma possível. **Vereador Lucas Silva Soares:** Cumprimentou a todos, relatou que durante a operação, esteve no local acompanhado pelo Presidente Tiago, e o representante do IBAMA referiu-se repetidamente à área em questão como sendo de propriedade da União. Diante disso, ele manifesta a dúvida se o terreno realmente pertence ao ente federal. **Secretário Jean:** esclareceu ao vereador que, em nenhum momento, as autoridades locais foram oficiadas sobre a possibilidade de a região ser uma área devoluta. Durante tratativas com o Ministério Público Estadual e Federal, além do IEMA e do IBAMA, o diretor deste último (Rodrigo Vagas) mencionou a hipótese de se tratar de uma área devoluta. Enfatizou que não há nenhuma comprovação jurídica sobre essa classificação. Pelo contrário, destaca que muitos moradores locais possuem documentos que comprovam a compra e o pagamento devido por suas propriedades. A declaração do IBAMA foi classificada como "desnecessária", por levantar uma suposição sem provas. Diante disso, o ocorrido foi reportado diretamente ao superintendente do órgão para exigir que tais afirmações não sejam repetidas, a menos que haja uma comprovação legal definitiva. **Vereador Lucimar Alves Soares:** Cumprimentou a todos, agradeceu a presença voluntária do secretário. Em seguida, questionou o motivo pelo qual foi permitida a construção na lagoa até aquele momento, sem que houvesse uma intervenção para retirar os ocupantes antes que a situação chegasse ao ponto atual, gerando prejuízos para todos. Por fim, indagou se a secretaria do Meio Ambiente foi informada sobre a referida ação para que pudesse cooperar. **Secretário Jean:** Relatou que a Secretaria de Meio Ambiente, o município de Itapemirim e, possivelmente, o poder legislativo local receberam com surpresa e espanto a ação realizada pelo IBAMA e pelo IEMA na segunda-feira, dia 18. Ele destacou que o município não foi previamente informado sobre a operação, seja por ofício ou ato processual, o que contraria a legislação da comissão tripartite (composta pelos poderes federal, estadual e municipal). Diante disso, o município formalizou um questionamento ao IEMA e ao Ministério Público para entender a falta de comunicação prévia. Ressaltou a importância dessa notificação, visto que as fiscalizações externas vão embora, mas é o município e seus habitantes que permanecem no local e sofrem os maiores impactos, sejam positivos ou negativos. **Vereador Alcione de Amorim Gomes:** Cumprimentou a todos, questionou ao secretário Jean sobre o critério das demolições de casas na região da Lagoa. Ele demonstrou preocupação pelo fato de o procedimento ter "pulado" residências de figuras públicas antigas e focado em outros moradores da comunidade, indagando se haveria continuidade nas ações. **Secretário Jean:** Em resposta, foi informado que o município pediu a paralisação dos atos. Moradores obtiveram liminares individuais na Justiça Federal de Cachoeiro e o município, após reunir-se com associações locais, também acionará a via judicial para suspender qualquer demolição até o trânsito em julgado de todos os processos. Muitas das pessoas afetadas ainda estão recorrendo das autuações, de modo que as demolições configuram uma execução de pena sem a definição final da justiça. Foi citado o exemplo de um morador (Sr. Geovani) que reverteu uma ordem de demolição em segunda instância. O Tribunal de Justiça concedeu uma liminar suspendendo a ação após o município declarar que a área



está em planejamento para a execução da REURB (Regularização Fundiária Urbana).

Vereador Estevão Silva Machado: Cumprimentou a todos, agradeceu a presença do Secretário Jean e manifestando-se categoricamente contra qualquer tipo de violência, defendendo o diálogo e o respeito como meios para resolver problemas. Ele lembrou que, em 2003, propôs projetos de lei para a criação de parques naturais e ecológicos no município de Itapemirim (sendo três aprovados e um vetado por envolver área da Marinha). A intenção do parlamentar na época era exclusivamente preservar o patrimônio natural local, transformando-o em fonte de turismo e riqueza para a região, sem desalojar os moradores tradicionais e ribeirinhos, que deveriam ser integrados e beneficiados com a geração de emprego e renda. Por fim, esclareceu que a proposta era uma lei autorizativa e que, após 23 anos e várias gestões sem cumprimento, o atual secretário não pode ser responsabilizado pelo passado. Diante dos episódios recentes de violência e ignorância contra os moradores, questionou ao Secretário Jean se existe o interesse de fazer a lei ser cumprida, criando o parque de forma a respeitar a comunidade local e transformando o espaço em um polo turístico.

Secretário Jean: destacou a relevância da criação de parques municipais, apontando que o tema é discutido há bastante tempo. Ele citou como exemplos de sucesso no estado os parques de Pedra Azul, Itaúnas e Paulo César Vinha, que conseguem aliar a preservação ambiental à geração de renda e ao turismo. Em relação ao projeto local, é mencionado que já existe uma lei aprovada para a criação do parque, o que permite ao prefeito dar prosseguimento ao processo sem a necessidade de uma nova votação na Câmara Municipal. O Ministério Público, por meio do Dr. Richard, questionou o interesse do município na criação do parque, sugerindo uma abordagem que equilibre a preservação e o desenvolvimento econômico. O assunto também foi debatido em uma reunião na comunidade do Gomes, com a presença de vereadores. A lei existente será integrada ao processo de Regularização Fundiária Urbana (Reurb) para servir de subsídio técnico aos trabalhos na região. O plano é implantar o parque na área da Lagoa do Guarandi. A iniciativa é vista como uma alternativa econômica crucial para o turismo local, especialmente diante da futura escassez dos royalties do petróleo.

Vereador Delson de Souza Carneiro: Cumprimentou a todos, questionou se, mediante a aprovação do plano de manejo, a permanência das casas atuais será permitida e se novas construções poderão ser realizadas no local. **Secretário Jean:** agradeceu ao vereador Delson pela pergunta e relatou que a última oficina de elaboração do plano de manejo contou com a participação de mais de 100 pessoas, que puderam opinar sobre o projeto. Ele defende que o plano de manejo não seja aprovado até que o município realize uma reunião com o IEMA (incluindo o conselho e a diretoria do órgão) para definir os próximos passos. Segundo o Secretário Jean, a proposta apresentada no plano impedia novas construções ou a permanência de estruturas a partir de 2008 com base no Código Florestal, além de vetar atividades turísticas e econômicas, o que gerou a discordância dos presentes. A intenção do município é buscar alterações junto ao IEMA para que as residências locais passem por um estudo de regularização fundiária (Reurb). O objetivo é que o plano de manejo passe a abranger imóveis residenciais e edificações passíveis de regularização, permitindo também a implantação de pousadas e atividades voltadas ao



ecoturismo. **Vereador Weder Gomes Benevides:** Cumprimentou a todos, agradeceu a presença do Secretário Jean, o vereador observou que certas pessoas se aproveitam de determinados momentos para se manifestar. Em seguida, questionou o motivo pelo qual, infelizmente, algumas casas foram demolidas enquanto outras foram poupadas e terem sido "puladas" durante a ação, mencionando boatos de que isso teria acontecido por pertencerem a pessoas poderosas. Ele relata ter feito essa mesma pergunta anteriormente, afirmou que gostou da resposta recebida e pede para que a explicação seja repetida para que as outras pessoas também tomem conhecimento. **Secretário Jean:** relatou que a sua equipe não teve conhecimento prévio nem acesso aos detalhes da ação, como o planejamento ou quais residências seriam afetadas. Conforme informações verbais passadas em campo pelos fiscais das equipes técnicas do IBAMA e do IEMA sem que houvesse uma notificação oficial por escrito, o critério adotado foi o de não realizar demolições em casas que estivessem habitadas no momento da abordagem. Dessa forma, as demolições com maquinário ocorreram apenas nos locais onde não havia moradores. Nas residências ocupadas, os fiscais aplicaram apenas medidas administrativas, como autuações e embargos, abstendo-se de derrubar as estruturas. **Presidente Tiago:** O vereador Thiago criticou a operação conjunta realizada pelo IEMA e pelo IBAMA, classificando-a como arbitrária e desrespeitosa com o município. Segundo o parlamentar, que representava a Câmara e já atuou como secretário de Meio Ambiente, as ações violaram a Lei Complementar 140/2011 por terem sido executadas sem qualquer aviso ou cooperação com a secretaria municipal. Ele apontou graves irregularidades na condução dos trabalhos, **Irregularidades nas demolições:** destacando as demolições que ocorreram sem a apresentação de determinação judicial clara e sob o critério arbitrário de derrubar os imóveis cujos moradores não estavam presentes no momento, impedindo-os de retirar seus pertences. **Abuso de autoridade:** Um agente do IBAMA chegou a rotular todos os moradores como criminosos, acusação rebatida pelo vereador, que apontou a omissão histórica e a prevaricação dos próprios órgãos ambientais ao longo dos anos. **Transferência de culpa:** O IEMA tentou culpar o município pela falta de fiscalização na APA, mas o vereador reforçou que a prefeitura enviou inúmeras demandas ao Estado e ao Ministério Público sem obter retorno. Além disso, os órgãos evitam assumir a responsabilidade pela autoria da ordem, gerando enorme insegurança jurídica na comunidade. Por fim, o parlamentar colocou a Câmara Municipal à disposição para acionar a Justiça e buscar os esclarecimentos que ainda não foram prestados à população e ao órgão ambiental local. **Secretário Jean:** agradeceu aos vereadores presentes, em especial ao presidente da Câmara e aos demais participantes, destacando o compromisso do município com as questões ambientais relacionadas à Lagoa Guanandi. Ele ressaltou que a administração municipal não está omissa e já adotou diversas medidas, como ações administrativas, solicitação de suspensão das demolições, não aprovação do plano de manejo nos moldes apresentados, redefinição da gestão da Área de Proteção Ambiental (APA) e adoção de medidas judiciais para garantir maior segurança até que os estudos necessários sejam concluídos. Também enfatizou a importância da preservação da Lagoa Guanandi, considerada uma área de grande valor ambiental e beleza natural, reafirmando que essa



continuará sendo uma das principais missões da Secretaria de Meio Ambiente. Além disso, destacou a necessidade de manter o diálogo aberto com a população, vereadores e demais interessados, buscando a pacificação dos conflitos relacionados ao uso e ocupação do solo e à utilização ambiental da região. Ao final, agradeceu o convite, a presença de todos e colocou a secretaria à disposição para colaborar com as demandas do município. **Presidente Tiago Faria Leal:** afirmou que todos os pontos do assunto já haviam sido esclarecidos. Destacou que, na área da educação, o ideal é ensinar as crianças para evitar a necessidade de punir os adultos. Ressaltou que, desde 1994, não observou ações efetivas do EMA voltadas à educação ambiental, o que, em sua visão, contribuiu para a falta de conscientização da população. Por fim, manifestou insatisfação com a forma como a situação foi conduzida. Em seguida deu início ao **PEQUENO EXPEDIENTE:** **Vereador Paulo de Oliveira Cruz Neto:** iniciou sua fala agradecendo a Deus e aos presentes, destacando a importância do diálogo entre a população e o Poder Legislativo. Reforçou a necessidade da criação de uma comissão voltada ao saneamento básico e ao meio ambiente, além da atualização do Plano Diretor Municipal (PDM). Também ressaltou a relevância dos conselhos participativos, especialmente os ligados às questões ambientais, e afirmou que continuará cobrando ações e buscando soluções para o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população. Agradeceu a presença do vice-prefeito Ciel Mota e informou que pesquisou a legislação relacionada às infrações ambientais, destacando o Decreto nº 6.514, que trata das sanções administrativas ao meio ambiente e do processo de apuração dessas infrações. Citou o artigo que prevê a demolição de obras ou construções não habitadas utilizadas em infrações ambientais, especialmente em situações que representem risco de agravamento do dano ambiental ou à saúde pública. Também explicou que a demolição pode ser realizada pelo agente fiscalizador ou pelo próprio infrator, devendo ser devidamente documentada, e que os custos são de responsabilidade do infrator. Após analisar a legislação, afirmou que buscará aprofundar seus estudos para compreender os critérios adotados nos casos em que algumas construções foram demolidas e outras não. Por fim, manifestou solidariedade às pessoas penalizadas pelos prejuízos com mão de obra e materiais e informou que retornará ao tema posteriormente para prestar esclarecimentos à população. **Vereador Estevão Silva Machado:** iniciou seu discurso cumprimentando as autoridades, o público e, especialmente, os moradores da comunidade do Gomes, prestando uma homenagem ao ex-vereador Juarez Ferreira Gomes. Apresentou a indicação nº 277/2026, que solicita melhorias na rede de esgoto da rua Amar Ismael, em Campo Acima, cujos canos estreitos têm causado entupimentos constantes. Ele solicitou diretamente ao diretor do SAAI, Maurício, o envio urgente de um caminhão para desentupir e limpar a via em caráter paliativo. Aproveitou também para pedir ao prefeito Geninho a inclusão da reforma da escola Anacleto Jacinto Ribeiro, em Campo Acima, no cronograma de obras. Expressou gratidão ao governador Ricardo Ferraço e ao governador licenciado Renato Casagrande pelos convênios de cerca de 13 milhões de reais destinados a Itapemirim. Entre os benefícios, destacou o término da escola Elvira Meale (em Itaipava), a construção de muros de arrimo na vila, a restauração da igreja matriz, a reforma da estrada do Penedo, a futura creche em



Garrafão e a inauguração da UPA de Itapemirim dentro de alguns meses. Por fim, parabenizou o prefeito Geninho e o vice Ciel Mota pela habilidade política em captar esses recursos estaduais, acrescentou que está sendo destinado a Itapemirim, 30 milhões para conclusão da rodovia do contorno. Após seguiu com o **GRANDE EXPEDIENTE: Vereador Paulo de Oliveira Cruz Neto:** Apresentou uma série de cobranças e posicionamentos sobre a gestão pública de Itapemirim: **Meio Ambiente:** Destacou os estudos sobre legislações ambientais (como o Código Florestal e decretos da APA Guanandi) e discussões do partido podemos alinhadas à governança climática e à COP 30, colocando-se à disposição para debater o tema com a comunidade. **Infraestrutura e Riscos:** Cobrou manutenções urgentes nos ginásios Valdir Alves e Renan Alves Gois, solicitando relatórios à Defesa Civil devido ao risco estrutural. Citou também o colapso de quadras recém-inauguradas em outras comunidades. **Educação:** Criticou as condições e os altos custos de aluguel da Escola Elvira, o que o levou a acionar o Ministério Público após a inércia do Executivo. Também relatou a situação de improviso e a falta de estrutura básica (como portas e papel higiênico) na escola Madalena Pisa. **Crise Financeira e Gestão:** Apontou que a crise financeira do município é agravada pela rejeição de contas desde 2017 e pela perda de receitas. Criticou o prefeito por criar cargos comissionados em vez de investir em melhorias e sugeriu a criação de uma secretaria voltada para a captação de recursos. **Assistência Social:** Lamentou problemas na distribuição da cesta básica e a imposição de limites de tempo, relatando que cidadãos em vulnerabilidade social estão voltando de mãos vazias. **Vereador Leandro:** Cumprimentou a todos, agradecendo a Deus, ao secretário Jean e ao prefeito Geninho pelos esforços realizados em benefício do município. Destacou especialmente a parceria com o vice-governador Ricardo Ferraço para a construção da creche da região de Rio Muqui, ressaltando que o projeto, iniciado em gestões anteriores, recebeu prioridade da atual administração. Em seguida, abordou críticas feitas por um cidadão em vídeo nas redes sociais, que teria afirmado que os vereadores trabalham pouco e utilizam diárias sem retorno para a população. Em resposta, afirmou que a atividade parlamentar exige dedicação constante e convidou o crítico a acompanhar sua rotina para conhecer a realidade do trabalho exercido pelos vereadores, explicou que as viagens realizadas têm como objetivo buscar recursos para o município e apresentou diversas conquistas obtidas por meio de parcerias com deputados, o vice-prefeito e a administração municipal. Entre os benefícios citados, mencionou recursos para associações, pesca, saúde, assistência social, equipamentos e máquinas para atender o interior, além do apoio à realização de eventos locais. Segundo ele, os investimentos ultrapassam R\$ 5 milhões. Também ressaltou que o trabalho do vereador vai além das sessões da Câmara, exigindo disponibilidade permanente e, muitas vezes, sacrifícios pessoais e familiares. Ao final, afirmou que sempre prezou pela ética e pelo compromisso com o serviço público, relatando que, em outra ocasião, pediu exoneração de um cargo por considerar injusto receber sem desempenhar atividades efetivas. Concluiu pedindo mais reconhecimento ao trabalho dos vereadores e desejando um excelente feriado a todos. **Vereador Paulo Neto:** destacou a importância e as dificuldades do exercício do mandato, ressaltando que a função exige dedicação e que os maiores impactos recaem sobre a família



dos parlamentares. Ele relatou que já havia sido alertado por antigos vereadores sobre os desafios da atividade e afirmou ter constatado essa realidade na prática. Também elogiou o presidente Tiago por representar os demais vereadores e por buscar constantemente capacitação, mencionando sua participação em cursos e eventos, afirmou que, em suas viagens oficiais, procura adquirir conhecimento para contribuir com o desenvolvimento do município, citando uma visita a um local de reciclagem de resíduos em Brasília. Por fim, parabenizou o presidente pelo trabalho realizado e incentivou aqueles que desejam ingressar na vida pública a se prepararem e buscarem fazer o melhor pela cidade, enfatizando a responsabilidade que os vereadores têm perante a população. **Vereador Leandro:** finalizou relatando que, devido às demandas e compromissos de seu trabalho, muitas vezes precisa abrir mão de momentos em família, citando como exemplo uma ocasião em que não pôde atender ao pedido da filha e, ao retornar para casa, ela já estava dormindo. Em seguida, respondeu às críticas de um cidadão sobre a suposta “escala 4 por 26” dos vereadores, afirmando que ele e os demais parlamentares trabalham durante todo o mês e que tal escala não corresponde à realidade. Por fim, sugeriu que o crítico refletisse sobre suas declarações e continuasse trabalhando para, quem sabe, obter sucesso em uma futura eleição, encerrando com agradecimentos e um abraço aos presentes. **Vereador presidente Tiago:** O vereador agradeceu as palavras do vereador Leandro, considerando-as oportunas e necessárias. Afirmou que preferiu manter o silêncio diante de certas situações que não mereciam atenção, mas destacou que vereador Leandro expressou o sentimento de todos os parlamentares. Ressaltou que cada vereador possui sua própria forma de atuação, seja mais visível ou nos bastidores, mas enfatizou que todos se dedicam e buscam dar o seu melhor. Por fim, declarou sentir grande orgulho de exercer o mandato e de atuar ao lado dos demais vereadores. Após seguiu com a **ORDEM DO DIA: Projeto de Lei Ordinária Nº 55/2026. Ementa:** dá denominação Rua “Nelson de Aguiar Viana, no Distrito de Itaipava, neste município. **Autoria: Vereador Lucimar Alves Soares.** Devidamente discutido e votado em primeiro turno, seguiu em segunda discussão e segunda votação sendo aprovado. **Projeto de Lei Ordinária Nº 45/2026. Ementa:** denomina Rua “Jorge Vieira da Silva” o logradouro público localizado no Bairro Córrego do Ouro, no município de Itapemirim/ES. **Autoria: Vereador Leandro Batista dos Santos.** Devidamente discutido e votado em primeiro turno, seguiu em segunda discussão e segunda votação sendo aprovado. **Projeto de Lei Ordinária Nº 59/2026. Ementa:** dá denominação de Rua “Ilza Rodrigues Marques”, em Itaóca, neste município. **Autoria: Vereador Joceir Cabral de Melo.** Devidamente discutido e votado em primeiro turno, seguiu em segunda discussão e segunda votação sendo aprovado. **Projeto de Lei Complementar Nº 02/2026. Ementa:** que altera a Lei Complementar 164, de 26 de novembro de 2013, alterada pela Lei Complementar número 167 de 6 de dezembro de 2013, para reestruturar cargos em comissão do serviço autônomo de água e esgoto, SAAE e da outras providências. Projeto teve sua urgência especial aprovada na presente sessão. Seguiu para a procuradoria que se manifestou favorável após para Colejur que deliberou pela constitucionalidade pela legalidade e para Cofinor que opinou favorável à tramitação do referido projeto, seguiu para discussão único.



Vereador Paulo Neto: solicitou ao setor jurídico da Casa informações sobre quais cargos serão modificados e quais serão os impactos financeiros dessa medida. Em resposta, é pedido à equipe de TI que espelhe na tela o anexo contendo a estimativa do impacto orçamentário e financeiro para os anos de 2025 a 2028. Em seguida, detalhou que a proposta acrescenta um anexo à Lei Complementar nº 154/2003, especificando as atribuições de cargos em comissão e funções gratificadas da estrutura administrativa. Entre as funções mencionadas estão as de diretor-geral, diretor adjunto, procurador-chefe autárquico, assessor de gabinete, assessor técnico em química e assessor de meio ambiente. É destacado ainda que a página seis traz o quantitativo e os vencimentos de cada cargo. Por fim, o vereador Paulo Neto ressaltou a importância de deixar essas informações claras e registradas na transmissão para o conhecimento da população. Ele conclui agradecendo à equipe jurídica e à servidora Caroline, responsável pela secretaria, diante da chegada do projeto em regime de urgência especial. O Projeto de Lei Complementar seguiu em votação única sendo aprovado. **Considerações finais.** O **Presidente Tiago Faria Leal** agradeceu a presença de todos e não havendo mais a ser tratado, declarou em nome de Deus encerrada a presente sessão.

Tiago Faria Leal
Presidente

Lucas Silva Soares
Vice-Presidente

DEMAIS EDIS:

